



**FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR**

<b>CÓDIGO:</b> FADIR39301	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Legislação e Direito Ambiental	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> Faculdade de Direito		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 45	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0	<b>CH TOTAL:</b> 45

**OBJETIVOS**

Dominar e articular os conteúdos específicos do Direito Ambiental com efetivo conhecimento de sua linguagem, seus processos de produção e instrumentos existentes aptos a identificar, questionar e propor soluções para os problemas socioambientais, assim como, dialogar e produzir o conhecimento teórico-prático necessário para o exercício da profissão e para ser um agente de transformação social comprometido com a construção de uma sociedade plural, justa, livre, democrática e inclusiva.

Traduzir para o exercício profissional o conhecimento e as tecnologias disponíveis ao uso racional sustentável dos recursos naturais, associados à manutenção e equilíbrio dos ecossistemas, ao saneamento e à saúde humana, objetivando a preservação e valorização da vida em todas as suas formas e manifestações.

**EMENTA**

O Direito e o sistema jurídico no Brasil. A afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. O surgimento do Direito Ambiental e sua missão. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Direito ambiental brasileiro e as Políticas Públicas ambientais. Legislação Ambiental no Brasil e a tutela da (bio)diversidade e das minorias ambientais. Responsabilidade Ambiental.

**PROGRAMA**

O DIREITO  
O Direito como ciência normativa  
Conceito de Direito e de norma  
Definição do objeto do Direito  
O sujeito de Direito  
A relação jurídica  
O SISTEMA JURÍDICO  
A estrutura do Estado  
Os 3 poderes  
A estrutura do Poder Judiciário  
O Ministério Público  
A administração pública  
Os órgãos ambientais  
OS CENTROS DE PRODUÇÃO NORMATIVA  
O ordenamento  
O processo legislativo  
A hierarquia das normas



Antinomia das normas  
Inconstitucionalidade e controle de convencionalidade das normas  
**DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS**  
A afirmação histórica dos direitos  
A efetividade dos direitos  
Políticas Públicas  
**SURGIMENTO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO**  
Os desastres ambientais  
Os movimentos ecológicos  
As conferências da ONU  
Os tratados e os acordos  
A legislação sobre recursos naturais pioneira (Constituições do Brasil, Código de águas, Código Florestal, Lei do Pau Brasil etc.)  
**O BEM AMBIENTAL E O DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**  
Bem ambiental  
A Política Nacional de Meio Ambiente (L. 6938-81)  
A lei da Ação Civil Pública (L. 7347-85)  
A CF88  
As Políticas Públicas Ambientais  
**O MEIO AMBIENTE NA CF88**  
Conceito de meio ambiente  
Bem ambiental  
Direitos e Deveres fundamentais  
Competências  
Meio ambiente do trabalho e cultural  
Artigos esparsos  
**A PRINCIOLOGIA DO DIREITO AMBIENTAL**  
Princípio da Ubiquidade  
Princípio do Desenvolvimento Sustentável  
Princípio da vedação do retrocesso  
Princípio da precaução  
Princípio da Prevenção  
Princípio do Poluidor-pagador  
Princípio da Participação  
Princípio da Cooperação  
Princípio da Função Socioambiental da propriedade  
**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**  
Política Nacional de Meio Ambiente  
Política Nacional de Recursos Hídricos  
Política Nacional de Gerenciamento Costeiro  
Política Nacional de Resíduos Sólidos  
Política Nacional da Biodiversidade  
Código Florestal  
SNUC  
Lei do Patrimônio Genético (L. 13.123-15)  
Lei de Crimes Ambientais  
Resoluções do CONAMA e de outros Conselhos Nacionais  
**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**  
Responsabilidade Civil  
Responsabilidade Administrativa  
Responsabilidade Penal  
**MINORIAS AMBIENTAIS E INCLUSÃO SOCIAL**  
Comunidades tradicionais  
Quilombolas



Deslocados e refugiados ambientais  
Portadores de Necessidades Especiais  
Racismo ambiental  
Minorias Ambientais

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: RT, 2016.  
MILARÉ, É. Direito do ambiente. São Paulo: RT, 2015.  
CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Org). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CURIA, L.R.; CÉSPEDES, L. ; NICOLETTI, J. Código florestal . São Paulo: Saraiva, 2014.  
GRANZIERA, M.L.M. Direito de águas : disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2014.  
LEITE, J. R. M.; AYALA, P. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: RT, 2014.  
PISTORI, E.C. Legislação ambiental. Uberlândia: Roma, 2007.  
SALVADOR-NETTO, A.V.; SOUZA, L. A. Comentários à lei de crimes ambientais lei n. 9.605/1998. São Paulo: Quartier Latin, 2009.  
STEIGLEDER, A. Responsabilidade civil ambiental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

**APROVAÇÃO**

Uberlândia, 06 /05 / 2018

Dr.ª Celine de Melo

Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof.ª. Dr.ª. Celine de Melo  
Coordenadora do Curso de Graduação em Ciências  
Biológicas - Portaria R Nº. 1161/17

Uberlândia, 24 /05 / 2018

Dr(a) Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Diretor(a) do(a) Faculdade de Direito

Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Helvécio Damis de Oliveira Cunha  
Diretor da FACULDADE DE DIREITO  
"Prof. Jacy de Assis"  
Portaria R Nº 750/14